

Conforme 8ª Alteração do Contrato Social, datado de 02 de dezembro de 2019, a RPC Lab teve seu capital social aumentado mediante a emissão de novas quotas, totalmente subscritas e integralizadas por seus acionistas por meio da versão de ativos imobilizados.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª do Contrato social da RPC Lab, as deliberações sociais são tomadas, em reunião de quotistas, pelo voto favorável de quotistas que representem pelos 3/4 do seu capital social. Esta cláusula, em conjunto com outros acordos realizados entre os seus quotistas, caracteriza o controle compartilhado da RPC Lab entre a Companhia e os seus demais quotistas.

Movimentação dos saldos

	RPC Lab	Total
Em 31 de dezembro de 2018	-	-
Aumento de capital	7.019	7.019
Resultado de equivalência patrimonial	474	474
Em 31 de dezembro de 2019	7.493	7.493

Informações controlada em conjunto

	RPC Lab	Total
Ativos circulantes	2.019	1.999
Ativos não circulantes	1.999	10.928
Passivos circulantes	80	933
Passivos não circulantes	803	803
Receitas do exercício	11.904	11.904
Lucro da investida no exercício	7.019.390	7.019.390
Capital social	11.856	11.856
Quantidade de quotas possuídas	594	594
Patrimônio líquido	474	474
Participação no capital social		
Equivalência Patrimonial	474	474

14. Direito de uso de ativos

Na transição para o CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos adicionais de direito de uso e passivos adicionais de arrendamento. O impacto na transição e a movimentação do período estão resumidos abaixo:

	Postos de transmissão	Imóveis	Total
Direito de uso			
Ativo reconhecido em 01/01/2019 (a)	1.994	-	1.994
Novos contratos (b)	-	21.669	21.669
Baixas	-	-	-
Depreciação	(329)	(362)	(691)
Em 31 de dezembro de 2019	1.664	21.338	23.002

(a) Mais detalhes estão incluídos nas notas explicativas 5a.5

(b) As adições nesta linha são provenientes dos contratos de locação de imóveis firmados junto a RPC Lab em Novembro de 2019.

15. Imobilizado

Composição do saldo contábil

	2019		2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	1.162	(417)	745	5.309
Instalações	7.992	(4.629)	3.362	4.296
Móveis	1.622	(1.225)	397	476
Equipamentos Telecom	63.817	(55.387)	8.431	6.337
Máquinas e equipamentos	4.159	(2.603)	1.555	1.131
Equipamentos de Informática	11.034	(9.938)	1.095	1.514
Imobilizado em Curso	443	-	443	204
Outros	1.894	(1.256)	639	2.131
Total	92.123	(75.455)	16.667	21.398

Conciliação do saldo contábil

	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos telecom	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em curso	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2018	5.669	5.095	608	9.885	1.299	2.307	22	2.124	27.008
Adições	-	92	27	1.399	51	218	182	81	2.051
Baixas	(22)	-	(55)	(498)	(44)	(502)	-	-	(1.120)
Depreciação	(338)	(890)	(127)	(4.790)	(213)	(986)	-	(75)	(7.419)
Baixas de Depreciação	-	-	24	340	37	476	-	-	877
Em 31 de dezembro de 2018	5.309	4.297	476	6.336	1.130	1.514	204	2.131	21.397
Adições	14	71	34	5.372	674	314	239	228	6.945
Baixas	(7.401)	(1.100)	(3)	(128)	(3)	(13)	-	(1.675)	(10.322)
Depreciação	(289)	(802)	(113)	(3.272)	(248)	(729)	-	(48)	(5.501)
Baixas de Depreciação	3.112	898	2	122	2	10	-	3	4.147
Em 31 de dezembro de 2019	745	3.362	397	8.431	1.555	1.095	443	639	16.667

Revisão e ajuste da vida útil estimada

A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável

De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

16. Intangível

Composição do saldo contábil

	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	22.111	(17.737)	4.374	7.886
Marcas e Patentes	146	-	146	146
Intangível em Curso	31	-	31	31
Total	22.288	(17.737)	4.551	8.063

	Softwares	Marcas e patentes	Intangível em curso	Total
Em 01 de janeiro de 2018	11.349	146	31	11.526
Adições	176	-	-	176
Baixa	(21)	-	-	(21)
Amortização	(3.637)	-	-	(3.637)
Baixas de Amortização	18	-	-	18
Em 31 de dezembro de 2018	7.886	146	31	8.063
Adições	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-
Amortização	(3.512)	-	-	(3.512)
Em 31 de dezembro de 2019	4.374	146	31	4.551

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$3.620 (R\$4.754 em 2018) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros.

Arrendamento mercantil

Na transição, para arrendamentos classificados anteriormente como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019.

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas :

Vigência (anos)	Taxa (ao mês)
5	0,85%
10	0,88%
15	0,93%
20	0,95%

Arrendamento mercantil

Dívida reconhecida em 01/01/2019	(1.994)
Novos contratos	(21.699)
Juros apropriados no período	(575)
Amortização de arrendamentos	958
Em 31 de dezembro de 2019	(23.310)

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Provisão para férias e encargos	5.280	5.431
Gratificações e PPR	5.558	7.144
Fator Acidental de Prevenção - FAP(a)	142	170
Outras obrigações sociais e trabalhistas	958	951
Total	11.938	13.696

(a) Estes valores referem-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. Os valores provisionados nesta conta estão sendo liquidados via depósito judicial até o efetivo desfecho da ação.

20. Obrigações tributárias

	2019	2018
PIS e COFINS	1.250	1.034
Imposto de renda e contribuição social (i)	6.362	6.880
Outros tributos a recolher	142	170
Total	8.240	8.084

(i) Em 2018, ocorreram exclusões de valores referentes a propaganda eleitoral na apuração do imposto de renda, conforme previsto pelo Decreto Federal nº 7.791/2012.

21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Riscos cíveis e trabalhistas provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	2018	Adições	Baixas	Atualização monetária	2019
Cíveis (i)	108	-	(2)	4	110
Trabalhistas (ii)	5.925	14	(970)	32	5.001
	6.033	14	(972)	36	5.111
(-) Depósitos judiciais vinculados a contingências passivas	(1.544)	(317)	59	(51)	(1.853)
	4.489	(303)	(913)	(15)	3.258

(i) Referem-se principalmente a reclamatórias cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações de reportagens/matérias veiculados.

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos.

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis e possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2019, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 9.043(R\$ 9.569 em 2018).

b) Riscos sociais provisionados

	2018	Adições	Atualização monetária	2019
Provisão INCRA	1.736	145	4	1.885
Provisão SAT/FAP (i)	9.678	811	28	10.517
	11.414	956	32	12.402
Depósitos Judiciais INCRA	(1.739)	(80)	(63)	(1.882)
Depósitos Judiciais SAT/FAP	(9.505)	(467)	(406)	(10.378)
	(11.244)	(547)	(469)	(12.260)
Total	170	409	(437)	142

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. A Companhia possui um passivo registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

c) Riscos Tributários Provisionados

	2018	Adições	Atualização monetária	2019
PIS/COFINS	1557	256	-	1.813
(-)Depósitos judiciais vinculados PIS/COFINS	(2.095)	(256)	(98)	(2.448)
Total dos depósitos judiciais - PIS/COFINS	(538)	-	(98)	(635)

d) Depósitos judiciais

Movimentação dos depósitos judiciais registrados no ativo:

	2018	Adições	Atualização Monetária	Baixas	2019
PIS/COFINS	538	-	98	-	636
INSS SESC (ii)	2.379	-	53	-	2.432
Outros	36	-	-	(36)	-
	2.953	-	151	(36)	3.068

	2017	Adições	Atualização monetária	2018
PIS/COFINS (ii)	452	-	86	538
INSS SESC (ii)	2.322	-	57	2.379
Outros	36	-	-	36
	2.810	-	143	2.953

(ii) Refere-se substancialmente a ação judicial cujo objetivo era ser reconhecida a inexistência da contribuição ao Serviço Social do Comércio - SESC, a qual era cobrada das empresas, a alíquota de 1,5% sobre a folha de salários mensal, inclusa no valor de "terceiros" arrecadada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pleito que incluiu os depósitos judiciais feitos pela Companhia e a devolução dos valores recolhidos nos últimos 10 anos anteriores ao ajuizamento. Em 20 de junho de 2011 ocorreu o trânsito em julgado, referente a um dos períodos pleiteados, do último recurso ainda pendente, que deu parecer favorável a todo o pleito da Companhia, não cabendo mais qualquer recurso. Em 2013 ocorreu o retorno parcial destes valores.

22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração da Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A Administração pode estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros para os próximos cinco anos que garantem a compensação dos referidos créditos tributários existentes na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2019	2018
Diferenças temporárias:		
Ativas		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.656	6.076
Provisão para participações nos lucros	5.558	7.144
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63	43
Provisão para comissões e bonificação de volume	1.767	1.468
Outras provisões	150	148
Passivas:		
Depreciação vida útil	(488)	(879)
	12.706	14.000
Alíquota efetiva	34%	34%
Imposto diferido ativo, líquido	4.320	4.760

Os passivos e ativos diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes do IRPJ e CSLL	80.283	79.205
Alíquota - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social aplicados à alíquota	27.296	26.930

Compensação de propaganda eleitoral (*)	-	(15.808)
Antecipação Campeonato Paranaense (**)	(1.608)	(517)
Lei Rouanet	(400)	-
Arrendamento Mercantil – CPC06 (R2)	76	-
Despesas inadidíveis	147	3.783
	25.511	14.367

Imposto de renda corrente	25.071	13.430
Imposto de renda diferido	440	937

(*) Dedução de propaganda eleitoral incorrida no exercício de 2018 conforme previsto pelo Decreto Federal nº 7.791/2012.

(**) Despesas permanentes decorrentes da antecipação do campeonato paranaense de R\$ 2.068 em 2018 e R\$ 6.430 em 2019

23. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2019 o capital social é de R\$16.696, composto por 13.800.000 ações ordinárias sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A reserva de capital é constituída basicamente com base no disposto da Lei no 8.200/91 referente aos efeitos da correção monetária do capital, enquanto não capitalizados, que poderá ser utilizado pela Companhia para aumento de capital